

8. Anexos às Demonstrações Financeiras

8.1. Caracterização da Entidade

VER MAPA NO PONTO 8.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 -

8.2.2 - ...

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

Imobilizações – foram tidas em consideração as disposições do ponto 4.1. Valorimetria. Imobilizações, do POCAL, que refere: “O ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, deve ser valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção”. As amortizações foram efetuadas de acordo com o CIBE.

Existências – foram tidas em consideração as disposições do ponto 4.2., do POCAL que refere: “As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção...”

Dívidas de e a terceiros – foram tidas em consideração as disposições do ponto 4.3., do POCAL que refere: “As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam”.

Disponibilidades – foram tidas em consideração as disposições do ponto 4.4. Disponibilidades, do POCAL que refere: “As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente”.

Não foram efetuadas provisões para investimentos financeiros.

8.2.4 -

8.2.5 -

8.2.6 - Comentário às contas 431 «Despesas de instalação», 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento», e 439 «Outras imobilizações incorpóreas».

O valor do ativo líquido da conta 431 é zero.

A conta 432 não apresenta movimento.

A conta 439 estão incluídos os investimentos em projetos feitos por gabinetes externos e o investimento feito na revisão do PDM.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

Vd. Mapa “Ativo Bruto”, folha seguinte

Activo Bruto (Imobilizado Bruto)								
Ano: 2017		Unidade: Euros						
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação / ajustamento	Aumentos	Alienações	Sinistros	Abates	Transferências	Saldo Final
De bens de domínio público:								
Terrenos e recursos naturais	435.734,75	0,00	128.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	563.734,7
Edifícios	8.999.846,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.295.205,04	15.295.051,3
Outras construções e infraestruturas	34.185.369,32	-7.465,28	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.357.736,75	28.820.167,2
Bens do património histórico, artístico e cultural	72.452,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.452,1
Outros bens de domínio público	5.772,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.772,5
Imobilização em curso	120.657,26	0,00	1.712.877,73	0,00	0,00	0,00	-1.323.738,37	509.796,6
Adiantamentos por conta de bens de domínio publico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
	43.819.832,37	-7.465,28	1.840.877,73	0,00	0,00	0,00	-386.270,08	45.266.974,7
De imobilizações incorpóreas:								
Despesas de instalação	574.595,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	574.595,7
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Software Informático	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Outras imobilizações incorpóreas	342.545,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	342.545,5
Imobilizações em curso	0,00	0,00	27.675,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.675,0
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
	917.141,24	0,00	27.675,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944.816,2
De imobilizações corpóreas:								
Terrenos e recursos naturais	3.904.830,79	21.660,00	0,00	29.370,00	0,00	0,00	0,00	3.897.120,7
Edifícios e outras construções	24.926.123,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	386.270,08	25.312.393,3
Equipamento básico	3.099.289,13	0,00	326.033,42	0,00	0,00	85,15	0,00	3.425.237,4
Equipamento de transporte	1.780.864,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.780.864,7
Ferramentas e utensílios	79.432,22	0,00	925,59	0,00	0,00	0,00	0,00	80.357,8
Equipamento administrativo	2.596.761,86	0,00	14.575,20	0,00	0,00	24.663,61	0,00	2.586.673,4
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Outras imobilizações corpóreas	1.331.343,92	0,00	2.416,11	0,00	0,00	88,92	0,00	1.333.671,1
Imobilizações em curso	68.460,36	0,00	83.650,89	0,00	0,00	0,00	0,00	152.111,2
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
	37.787.106,31	21.660,00	427.601,21	29.370,00	0,00	24.837,68	386.270,08	38.568.429,9
De investimentos financeiros:								
Partes de capital	23.415,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.415,9
Obrigações e títulos de participação	496.358,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	496.358,8
Investimentos em imóveis:								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Outras aplicações financeiras:								
Depósitos em instituições financeiras								

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Ano: 2017

Unidade: Euros

Amortizações e Provisões

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	1.529.877,82	723.764,67	0,00	2.253.642,49
Outras construções e infra-estruturas	4853	15.171.901,96	1.170.480,99	0,00	16.342.382,95
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	62.603,42	1.609,23	0,00	64.212,65
Outros bens de domínio público	4859	5.483,97	288,59	0,00	5.772,56
		16.769.867,17	1.896.143,48	0,00	18.666.010,65
De Imobilizações incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	574.595,73	0,00	0,00	574.595,73
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	4833	0,00	0,00	0,00	0,00
Software Informático	4834	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações incorpóreas	4839	330.161,43	12.380,36	0,00	342.541,79
		904.757,16	12.380,36	0,00	917.137,52
De Imobilizações Corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	4.444.858,67	383.869,01	0,00	4.828.727,68
Outras construções	48222	1.477.132,79	202.389,25	0,00	1.679.522,04
Equipamento básico	4823	2.866.295,40	127.505,18	-85,15	2.993.715,43
Equipamento de transporte	4824	1.559.280,22	81.571,23	0,00	1.640.851,45
Ferramentas e utensílios	4825	77.497,72	1.624,93	0,00	79.122,65
Equipamento administrativo	4826	2.518.809,26	53.773,29	-24.663,61	2.547.918,94
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	1.272.624,95	17.555,67	-88,92	1.290.091,70
		14.216.499,01	868.288,56	-24.837,68	15.059.949,89
De Investimentos em imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49				
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495				
Depósitos em instituições	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral		31.891.123,34	2.776.812,40	-24.837,68	34.643.098,06

8.2.8 -

8.2.9 -

8.2.10 - ...

8.2.11 - ...

8.2.12 - Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:

Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma;

Encontra-se concessionada a rede de distribuição elétrica à E.D.P.

Em termos financeiros, existe uma comparticipação anual por parte da E.D.P. nos encargos com Iluminação Pública, que em 2017, foi de 72.211,39 € ao trimestre.

Estão ainda concessionados as seguintes instalações municipais:

- Restaurante do Parque do Bonito

A concessão foi feita à firma “Trincanela”. Em 2017 o valor mensal da renda era de 1.500,00 €.

- Bar/Café junto aos Campos Sintéticos

A concessão foi feita à entidade “João Lopes Martins, Unipessoal lda”.

Em 2017 o valor mensal da renda era de pelo valor mensal de 103,96 €.

- Bar/Café da Praça Salgueiro Maia

A concessão foi feita à firma “Desafia Emoções”.

Em 2017 o valor mensal da renda era de 527,06 €

8.2.13 - Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos.

No final de 2017 o Município não tinha dividas em regime de locação financeira.

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Do ponto de vista dos bens móveis, a inventariação encontra-se realizada.

Quanto aos bens imóveis o processo de inventariação tem estado a ser levado a cabo de forma faseada, dada a extensão e complexidade da mesma. À data das presentes demonstrações financeiras ainda não foi possível concluir a inventariação dos bens do município razão pela qual não se encontram identificados e devidamente refletidos nas demonstrações financeiras, todos os imobilizados pertença da CME.

Esta dificuldade de inventariação ocorre nos casos de cedências para o domínio público de loteamentos para arruamentos, passeios e similares e que reveste alguma dificuldade, devido a questões burocráticas.

8.2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respectivas razões.

Todos os bens do domínio público inventariados são suscetíveis de amortização.

8.2.16 - Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

A - Participação em entidades societárias

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
TAGUSGÁS	503956538	Societária	35230	12.500.000,00	3.440,00	0,03	3.440,00	3.440,00	0,00	

B - Participação em entidades não societárias

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital Estatutário	Contribuição			Obs.
Denominação	N.I.P.C				Em N	Forma de realização		
						Meios monetários	Em espécie	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	502690267	Não Soc.	94110	41.000,00	0,00	0,00	0,00	
Assoc.Nacional Municípios Portugueses	501627413	AM	91333	0,00	4.815,78	4.815,78	0,00	
Comunidade Intermunicipal Médio Tejo	502106506	Não Soc.	84130	2.366.137,12	36.913,32	36.913,32	0,00	
AMVT - Associação de Municípios do Vale do Tejo	514203846	Não Soc.	91333	0,00	3.890,64	3.890,64	0,00	
RESITEJO	503914096	ASU	38212	4.988,00	0,00	0,00	0,00	
Fundação Museu Nacional Ferroviário	510081266	Fundação	91331	1.056.944,00	0,00	0,00	0,00	

Unidades de Participação detidas em Títulos e Obrigações de Participação

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoal Coletivas de Direito Público	84114	650.000.000,00	496.358,86	0,011	212.724,00	

8.2.17 - Relativamente aos elementos incluídos nas contas «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria», indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de balanço.

Em 31/12/2017, o município não tinha aplicações de tesouraria.

8.2.18 -...

8.2.19-...

8.2.20 -...

8.2.21 -...

8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

DESIGNAÇÃO	ANO					TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
	Anteriores	2014	2015	2016	2017		
Provisões							
Água, Saneamento, RSU, ossários e rendas	163.278,56	41.744,41	45.106,51	6.534,37	6.135,11	262.798,96	2131
Outros clientes	0,00	0,00	59.807,94	-27.630,80	0,00	32.177,14	211
TOTAL	163.278,56	41.744,41	104.914,45	-21.096,43	6.135,11	294.976,10	

8.2.23 -...

8.2.24 -...

8.2.25 -...

8.2.26 -Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

VER MAPA NO PONTO 8.2.26 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.2.27 -... Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte.

VER MAPA NO PONTO 8.2.27 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

Os **Fundos Próprios** sofreram alterações no decurso do ano, apresentando agora o valor de 20.670.804,41 €.

Conta 51 – Património

Não teve movimento.

Conta 59 – resultados transitados

Em termos gerais esta conta acolhe os resultados líquidos provenientes do exercício anterior (Ano 2016: RL – 770.956,14 €).

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO			Ano: 2017
(designação da autarquia local)			(unidade: EUR)
Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	
Existências Iniciais	0,00	124.646,21	
Compras	991.658,80	208.974,64	
Regularizações de Existências	0,00	3.491,88	
Existências Finais	0,00	126.448,30	
<i>Custos no Exercício</i>	991.658,80	210.664,43	

8.2.30 -...

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:

VER MAPA NO PONTO 8.2.31 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários:

VER MAPA NO PONTO 8.2.32 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3. Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

8.3.1. Modificações do orçamento

8.3.2. Modificações ao plano plurianual de investimentos

VER MAPAS DETALHADOS NO VOLUME II

8.3.1.1 MAPAS RESUMO DAS MODIFICAÇÕES NA RECEITA

VER MAPA NO PONTO 8.3.1.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3.1.2 MAPAS RESUMO DAS MODIFICAÇÕES NA DESPESA

VER MAPA NO PONTO 8.3.1.2 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3.2. MAPA RESUMO DAS MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

VER MAPA NO PONTO 8.3.2 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3.3. Contratação Administrativa

VER MAPA NO PONTO 8.3.3 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3.4. Transferências e Subsídios

8.3.4.1. Transferências Correntes

VER MAPA NO PONTO 8.3.4.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3.4.2. Transferências de Capital

VER MAPA NO PONTO 8.3.4.2 DOS ANEXOS AO BALANÇO

8.3.4.6. Subsídios Obtidos

Vd. pontos 2.3.1.6 e 2.3.2.2.2

Subsídios à exploração

Em 2017 o município recebeu 908.796,25 € discriminados de acordo com o mapa da folha seguinte.

Os subsídios mais significativos tiveram origem em:

- Ministério da Educação e Ciência, subsídios resultantes do protocolo de delegação de competências no âmbito da educação, atividades de enriquecimento curricular, refeições escolares, gestão do parque escolar e acordo de cooperação pré-escolar.

Esta entidade transferiu para o município 827.141,88 € o que corresponde a 91,02 % do total recebido.



8.3.4.6 - Subsídios Obtidos

Câmara Municipal do Entroneamento

(Designação da autarquia local)

Ano

2017

Disposições legais	Entidade financiadora	Finalidade	Subsídios recebidos	Observações
Protocolo de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar	Ministério Educação Ciência	Acordo Cooperação Pré-escolar	118.630,79	
Despacho n.º 8683/2011 de 28 de junho - Capítulo II Artigo 3.º	Ministério Educação Ciência	A.Coop.- Atividades Enriquecimento Curricular	66.154,91	
Despacho n.º 9265-B/2013. D.R. n.º 134, Suplemento, Série II de 2013-07-15	Ministério Educação Ciência	Educação Pré-Escolar - Apoio à Família (CAF)	117.316,17	
Decreto-Lei nº 144/2008 de 28 de julho	Ministério Educação Ciência	Pessoal não docente	504.066,96	
Competências municipais consubstanciadas na lei 159/99 de 14 de setembro - Acordo Cooperação Educação pré-escolar	Ministério Educação Ciência	Gestão Parque Escolar	20.000,00	
Despacho n.º 22251/2005 (2.ª série) de 25 de outubro	Ministério Educação Ciência	Programa de generalização do fornecimento de refeições escolares 1.º Ciclo	973,05	
Portaria 127/2009 alterada pela Portaria 298/2010 de 01/06	Instituto Emprego Formação Profissional	GIP - Gabinete Inserção Profissional	10.717,42	
Portaria n.º 128/2009 de 30/1, alterada pela Portaria n.º 294/2010 de 31/5, a n.º 164/2011 de 18/4, a n.º 378-H/2013 de 31/12, a n.º 20-B/2014 de 30/1 e regulamentada pelo Despacho n.º 1573-A/2014 de 30/1	Centro Emprego de Torres Novas	Programa Inserção CEI, CEI + e EACE (Deficientes/Incapacitados)	40.606,50	
Protocolos Municípios - CPCJ	ISS - Instituto da Segurança Social	Comissão Proteção Crianças e Jovens	25.479,48	
Art.º 10.º da Lei n.º 22/99, de 21 de abril c/ as alterações introduzidas pela Lei n.º 18/14 de 10 de abril	Ministério Administração Interna - Secretaria-Geral	Eleição dos Órgãos das Autarquias Locais - 1 de outubro de 2017 - Compensação dos membros de mesa	4.044,00	
N.º 1 do art.º 72.º da Lei n.º 13/99, de 22 de março	Ministério Administração Interna - Secretaria-Geral	Recenseamento Eleitoral 2017 - Transferência de verbas para as autarquias locais	171,05	
Art.º 1.º do Dec. Lei n.º 410-B/79, de 27 de setembro e Despacho n.º 9008/2017, publicado no DR 2.ª série, n.º 197, de 12 de outubro	Ministério Administração Interna - Secretaria-Geral	Eleição dos Órgãos das Autarquias Locais - 1 de outubro de 2017 - Transferência de verbas para as autarquias locais	635,92	
TOTAL			908.796,25	

Subsídios ao investimento

Em 2017 o município recebeu 1.057.575,94 € de subsídios ao investimento discriminados de acordo com o mapa da folha seguinte.



8.3.4.6 - Subsídios Obtidos

Câmara Municipal do EntrancamentoAno **2017**

Designação da autarquia local)

Disposições legais	Entidade financiadora	Finalidade	Subsídios previstos	Subsídios recebidos	Observações
Regulamento Específico Requalificação Rede Escolar 1.º Ciclo Ensino Básico e da Educação Pré-escolar-PORC 2007-2013	QREN - Quadro Referência Estratégica Nacional	Construção Nova Escola Básica 2º e 3º Ciclos Dr. Ruy Andrade	76.894,00	0,00	
Art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro	Contrato Programa - DGEstE - Direção Geral Estabelecimentos Escolares	Construção Nova Escola Básica 2º e 3º Ciclos Dr. Ruy Andrade	47.346,00	20.306,50	
Art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro	Contrato Programa - DGEstE - Direção Geral Estabelecimentos Escolares	Recup. Pavilhão da Escola EB 2,3 Dr. Ruy D'Andrade	22.060,00	22.058,83	
Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano - Ensino Básico e Secundário	Centro 2020 - Programa Operacional da Região Centro para o período 2014-2020	Escola EB 2,3 Dr. Ruy D'Andrade - Recuperação Pavilhão (ITI)	485.299,00	436.077,56	
Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e do Emprego - Comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	Centro 2020 - Programa Operacional da Região Centro para o período 2014-2020	Req. Zona Envolv. - B. Freder. Ulrich e R. Gen. Hum. Delgado (Hortas Munic. Via Estruturante e Esp. Verdes)	51.000,00	0,00	
Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e do Emprego - Comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	Centro 2020 - Programa Operacional da Região Centro para o período 2014-2020	Req. Bairro Municipal da R. Gen. Humberto Delgado (Eficiência Energética) - PAICD	309.396,00	285.264,63	
Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Regeneração Urbana	Centro 2020 - Programa Operacional da Região Centro para o período 2014-2020	Cine teatro S. João - Remodelação e Modernização	612.000,00	46.667,47	
Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local	Centro 2020 - Programa Operacional da Região Centro para o período 2014-2020	Melhoria do desempenho energético do município - Iluminação pública (ITI)	399.782,00	0,00	
Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Mobilidade Urbana	Centro 2020 - Programa Operacional da Região Centro para o período 2014-2020	Ciclovía - Freguesia de S. João Batista (PMUS)	518.500,00	152.051,00	
Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Regeneração Urbana	Centro 2020 - Programa Operacional da Região Centro para o período 2014-2020	Reabilitação do Mercado Diário (Ambiental e Energética)	255.000,00	16.466,63	
Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Regeneração Urbana	Centro 2020 - Programa Operacional da Região Centro para o período 2014-2020	Requalificação dos Espaços Verdes	382.500,00	78.683,32	
Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização - Sistema de Apoio à Modernização e capacitação da AP	Centro 2020 - Programa Operacional da Região Centro para o período 2014-2020	Reestruturação das Infraestruturas Tecnológicas	33.192,00	0,00	
TOTAL			3.192.969,00	1.057.575,94	

8.3.5. Aplicações em Ativo de Rendimento Fixo e Variável

Não existiu movimento.

(Ver mapa folha seguinte)



8.3.5.1 - Activos de rendimento fixo

Município do Entrancamento _____

Ano 2017

(Unidade: M€)

Descrição do activo (1)	Entidade devedora (2)	Valor em 1 de Janeiro		Valor em 31 de Dezembro		Rendimento		Observações (9)
		Valor nominal (3)	Valor de mercado (4)	Valor nominal (5)	Valor de mercado (6)	Vencido e cobrado (7)	Vencido por cobrar (8)	
A curto prazo	Sem informação							
A médio e longo prazos								



8.3.5.2 - Activos de rendimento variável

Município do Entroncamento _____

Ano

2017

(Unidade: M€)

Descrição do activo (1)	Entidade devedora (2)	Valor em 1 de Janeiro		Valor em 31 de Dezembro		Juros vencidos e recebidos (7)	Juros vencidos e a receber (8)
		Valor nominal (3)	Valor de mercado (4)	Valor nominal (5)	Valor de mercado (6)		
A curto prazo	Sem informação						
A médio e longo prazos							

8.3.6. Aferição da Dívida Total

(vd. ponto 4.3)

Com a publicação da Lei nº 72/2013 (LFL) os municípios passam a ter um limite à dívida total ao abrigo do art.º 52 da referida lei.

O artigo em questão refere o seguinte:

1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 — Sempre que um município:

- a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;
- b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4 — Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

Tendo em conta o **ponto 1** do artigo 53 o limite da dívida para o ano de 2017 era o seguinte:

Receita Corrente Líquida 2014	Receita Corrente Líquida 2015	Receita Corrente Líquida 2016	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
11.320.735	11.620.645	11.182.796	34.124.176	11.374.725

Limite dívida total 2017 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei

Limite da dívida total

17.062.088,14

No final de 2017 o cenário era o seguinte:

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Orçamentais e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
17.062.088	01-01-2017						
	10.889.384	838.863	11.728.247	11.088.908		5.973.180	1.194.636
	31-12-2017						
	10.368.884	725.265	11.094.149	10.490.562		6.571.526	1.314.305
Variação da Dívida %							-5,40%
Variação do Excesso da Dívida %							
Utilização da Margem Disponível							1.792.982

O município cumpriu com os limites fixados no art.º 53 da LFL.

A dívida total, retirando as operações de tesouraria, teve uma variação negativa de 5,34 %.

Tendo em conta o que é referido no art.º 54 da LFL estão incluídas no quadro acima as entidades participadas pelo município.

À data de 31/12/2017 a contribuição destas entidades para a dívida bruta municipal era de:

Para estes valores contribuíam as seguintes entidades:

Entidade	01-01-2017	% Participação	31-12-2017	% Participação
ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	68.460,88	12,20%	46.199,60	11,90%
AMVT - Associação de Municípios do Vale do Tejo	0,00	3,96%	0,00	3,96%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	375,13	0,32%	404,56	0,32%
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIM Médio Tejo)	1.644,90	5,42%	4.450,54	5,42%
Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal	2.164,00	0,95%	2.651,08	0,88%
RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento de Lixos do Médio Tejo	759.474,10	4,34%	658.692,00	7,79%
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	6.744,19	0,03%	12.867,08	0,03%
TOTAL	838.863		725.265	

8.3.6.1. Empréstimos – Mapa de acordo com POCAL

(Ver mapa folha seguinte)

PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2017



MUNICÍPIO DO ENTRANCAMENTO

ANO 2017

8.3.6.1 - EMPRÉSTIMOS

Caracterização do empréstimo	Data da aprovação pela AM	Data de contratação do empréstimo	Data fim contrato	Prazo do contrato	Anos decorridos	Data Primeira utilização	Visto do TC		Finalidade do empréstimo		Capital		Taxa de juro		Encargos do ano			Enc. do ano vencidos e não pagos	Divida em 1 de Janeiro	Divida em 31 de Dezembro	Obs
							Nº de registo	Data			Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros + encargos	Total				
Empréstimos de Curto Prazo																					
B.P.I.	30-11-2016	30-01-2017	31-12-2017	< 1 ano	-	15-02-2017	-	-	Apoio à Tesouraria	-	500.000,00	500.000,00			500.000,00	774,45	500.774,45	-	-	0,00	0,00
Sub-total											500.000,00	500.000,00			500.000,00	774,45	500.774,45	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos de Médio e Longo Prazo																					
EMPRÉSTIMOS EXCECIONADOS																					
C.G.D.	02-06-1995	18-08-1995	18-02-2024	26,5 anos	22	18-02-1997	58.869	02-08-1995	Const. de Hab. Social p/ Arrendamento	I	281.351,94	281.351,94	6,70%	0,92%	13.373,96	406,97	13.780,93	0	0	101.664,59	88.290,63
C.G.D.	27-02-2007	21-12-2007	14-02-2027	20 Anos	10	21-12-2007	320/07	29-11-2007	Jardim-de-infância Norte	I	242.100,00	242.100,00	4,04%	4,82%	14.598,60	0,00	14.598,60	0	0	148.418,85	133.820,25
Novo Banco	13-05-2002	31-12-2002	14-04-2024	20 anos	13	30-12-2002	3186	19-12-2002	Req. de Esp. Públicos do Concelho	I	117.311,20	117.311,20	3,88%	1,75%	6.900,00	420,90	7.320,90	0	0	50.611,20	43.711,20
Novo Banco	13-05-2002	31-12-2002	19-12-2022	20 anos	15	30-12-2002	3187	19-12-2002	Saneamento Básico do Conc.-1ª fase	I	174.248,17	174.248,17	3,88%	1,75%	10.248,00	576,07	10.824,07	0	0	61.520,17	51.272,17
Novo Banco	13-05-2002	31-12-2002	14-04-2024	20 anos	13	30-12-2002	3188	19-12-2002	Proj. de Qualif. de Zonas Urbanas	I	111.396,92	111.396,92	3,88%	1,75%	6.552,00	399,70	6.951,70	0	0	48.060,92	41.508,92
Novo Banco	13-05-2002	31-12-2002	19-12-2022	20 anos	15	30-12-2002	3189	19-12-2002	Pavilhão Polidesp.-2ª fase-Cobert.	I	98.063,67	98.063,67	3,88%	1,75%	5.760,00	325,06	6.085,06	0	0	34.703,67	28.943,67
Novo Banco	13-05-2002	19-04-2004	11-03-2024	20 anos	13	19-04-2004	288/03	20-01-2004	Req.Urb. Zona Env.Mercado Munic.	I	1.248.179,00	1.248.179,00	3,88%	1,75%	73.416,00	4.424,07	77.840,07	0	0	532.373,00	458.957,00
Novo Banco	13-05-2002	19-04-2004	11-03-2024	20 anos	13	19-04-2004	289/03	20-01-2004	Pavilhão Polidesportivo - 3ª Fase	I	333.783,00	333.783,00	3,88%	1,75%	19.632,00	1.183,11	20.815,11	0	0	142.371,00	122.739,00
B.P.I.	26-11-2004	12-01-2005	12-02-2025	20 anos	12	12-01-2005	2.863	06-01-2005	Recinto Multi-usos ao Ar Livre	I	598.222,11	598.222,11	2,40%	0,00%	38.927,01	89,98	39.016,99	0	0	314.987,90	276.060,89
B.P.I.	18-04-2009	04-05-2009	23-07-2029	20 anos	8	19-08-2009	1060/09	23-07-2009	EB1 + JI Sul	I	362.523,00	362.523,00	3,30%	1,60%	21.285,57	4.542,47	25.828,04	0	0	294.261,19	272.975,62
Sub-total											3.567.179,01	3.567.179,01			210.693,14	12.368,33	223.061,47			1.728.972,49	1.518.279,35
EMPRÉSTIMOS NÃO EXCECIONADOS																					
C.G.D.	27-05-1999	24-08-1999	24-08-2019	20 anos	18	10-09-1999	12.250	29-07-1999	Investimento Municipal	N	1.995.191,59	1.995.191,59	3,59%	1,03%	131.188,44	0,00	131.188,44	0	0	349.835,73	218.647,29
C.G.D.	04-07-2005	08-07-2005	08-07-2025	20 anos	12	21-07-2006	1.789	11-08-2005	Zona Industrial 2ª Fase	N	368.105,00	368.105,00	2,30%	1,20%	23.743,62	2,04	23.745,66	0	0	203.806,98	180.063,36
C.G.D.	30-06-2006	11-07-2006	11-07-2018	12 anos	11	21-09-2006	1.428	07-09-2006	Saneamento Financeiro	N	465.810,00	465.810,00	3,75%	1,11%	53.286,24	0,00	53.286,24	0	0	84.369,93	31.083,69
C.G.D.	28-02-2009	29-04-2009	29-04-2029	20 Anos	8	14-08-2009	1036/09	26-07-2009	Financ. Diversos Investimentos	N	2.855.000,00	2.855.000,00	3,11%	2,49%	171.635,25	25.017,06	196.652,31	0	0	2.260.691,90	2.089.056,65
B.P.I.	18-04-2009	04-05-2009	23-07-2029	20 anos	8	19-08-2009	1060/09	23-07-2009	EB1 + JI Sul	N	902.477,00	902.477,00	3,30%	1,60%	52.988,98	11.308,18	64.297,16	0	0	732.543,78	679.554,80
D.G.T.F.	18-04-2009	27-05-2009	15-06-2019	10 anos	8	20-08-2009	1077/09	04-08-2009	PREDE	N	187.392,00	187.392,00	1,47%	2,00%	37.478,40	563,20	38.041,60	0	0	93.696,00	56.217,60
D.G.T.F.	03-10-2012	16-11-2012	16-11-2026	14 anos	5	20-02-2013	1642/12	11-02-2013	PAEL - Prog. Apoio à Economia Local	N	3.219.262,96	3.181.877,53	2,60%	2,60%	2.297.216,75	10.615,08	2.307.831,83	0	0	2.297.216,75	0,00
B.E.I	26-09-2014	07-04-2015	24-09-2023	8 anos	2	24-09-2015	1027/2015	04-09-2015	Escola Básica Norte Entroncamento	N	145.006,49	145.006,49	0,67%	0,70%	20.585,08	294,90	20.879,98	0	0	145.006,49	124.421,41
B.E.I	26-09-2014	07-04-2015	24-09-2021	6 anos	2	24-09-2015	1029/2015	04-09-2015	Ciclovias-Freg.N.ª Sra.Fátima	N	35.058,37	35.058,37	0,70%	0,70%	0,00	73,62	73,62	0	0	35.058,37	35.058,37
B.E.I	26-09-2014	07-04-2015	24-09-2021	6 anos	2	24-09-2015	1032/2015	04-09-2015	Melhoria Acessibilidades Interconcelhias	N	63.668,97	63.668,97	0,70%	0,70%	0,00	133,71	133,71	0	0	63.668,97	63.668,97
TOTTA	30-09-2016	23-11-2016	15-11-2026	10 anos	1	04-01-2017	2730/2016	21-12-2016	Substituição de dívida do PAEL	N	2.297.216,75	2.297.216,75	1,68%	1,68%	229.721,68	34.242,84	263.964,52	0	0	0,00	2.067.495,07 a)
B.P.I.	30-09-2016	13-10-2016	16-12-2036	20 anos	1	27-11-2017	2543/2016	16-12-2016	Div.Invest. (comparticipados)	N	479.560,00	170.560,00	1,01%	1,01%	0,00	104,23	104,23	0	0	0,00	170.560,00
B.P.I.	30-09-2016	13-10-2016	16-12-2036	20 anos	1	06-03-2017	2542/2016	16-12-2016	Div.Invest. (não comparticipados)	N	546.900,00	96.900,00	1,01%	1,01%	0,00	1.144,23	1.144,23	0	0	0,00	96.900,00
Sub-total											13.560.649,13	12.764.263,70			3.017.844,44	83.499,09	3.101.343,53			6.265.894,90	5.812.727,21
Total											17.627.828,14	16.831.442,71			3.728.537,58	96.641,87	3.825.179,45			7.994.867,39	7.331.006,56
Limite da dívida total da autarquia (Art.º 52.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09 - Regime financeiro das Autarquias locais)								17.062.088													

a) Taxa juro inicial não estava correta

(I) - isento

(N) - não isento

Órgão executivo

Órgão deliberativo

Em ____ de ____ de 20 ____

Em ____ de ____ de 20 ____

8.3.6.2. Outras Dívidas a Terceiros – Relação Nominal

VER MAPA NO PONTO 8.3.6.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.1. Mapas

9.1. Mapas de Execução Orçamental da Receita e da Despesa

9.1.1. Mapas de execução orçamental da receita

VER MAPA NO PONTO 9.1.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.1.2. Mapas de Execução Orçamental da Despesa

9.1.2.1. Mapas de execução orçamental da despesa POR ECONÓMICA

VER MAPA NO PONTO 9.1.2.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.1.2.2. Mapas de execução orçamental da despesa POR ORGÂNICA

VER MAPA NO PONTO 9.1.2.2 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.2. Execução do PPI e das AMR

9.2.1 Execução do PPI

VER MAPA NO PONTO 9.2.1 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.2.2. Execução das AMR

VER MAPA NO PONTO 9.2.2 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.3. Balanço

(e contas de ordem)

VER MAPA NO PONTO 9.3 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.4. Demonstração de Resultados

VER MAPA NO PONTO 9.4 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.5. Fluxos de caixa

Neste mapa são discriminadas as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental quer a operações de tesouraria.

Nele se evidenciam também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência (execução orçamental e operações de tesouraria).

As receitas e despesas orçamentais são desagregadas de acordo com a discriminação constante do orçamento.

Neste mapa consta o movimento dos recibos para cobrança, garantias e cauções.

(Ver mapa folha seguinte)

VER MAPA NO PONTO 9.5 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.6 - Operações de tesouraria

São consideradas como operações de tesouraria as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros.

Este mapa apresenta o movimento das operações de tesouraria devidamente desagregadas, devendo ser articulado com o mapa de fluxos de caixa.

VER MAPA NO PONTO 9.6 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.7. Balancete do Razão

VER MAPA NO PONTO 9.7 DOS ANEXOS AO BALANÇO

9.8. G.O.P. – Grandes Opções do Plano

VER MAPA NO PONTO 9.8 DOS ANEXOS AO BALANÇO

As contas do município do Entroncamento referentes ao exercício económico de 2017, contém-se em 2 volumes, cujo teor e conteúdo se apresentam no índice a págs. 1 a 3 do presente volume 1.

Entroncamento, 31 de março de 2018

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Alves de Faria